

# Cenário econômico, social e psicossocial no Brasil recente, e a crescente difusão do crack: balanço e perspectivas de ação

Eduardo Mourão Vasconcelos<sup>1</sup>

## Resumo

O texto busca sintetizar uma análise das principais tendências da conjuntura econômica, sócio-demográfica, ambiental e particularmente psicossocial da realidade brasileira contemporânea, tendo como pano de fundo as atuais políticas de reajuste neoliberal no plano mundial e suas determinações em nosso país. O quadro teórico de referência é hegemonicamente marxista, mas também se utiliza de interações interdisciplinares e inter-teóricas com outras teorias sociais e particularmente com a psicologia social e psicanálise. O trabalho visa também identificar também as principais consequências deste contexto para as políticas sociais no país, com ênfase em saúde e saúde mental, e principalmente para a ação política dos atores e movimentos sociais popular-democráticos que atuam nestes campos. O destaque final é dado à crescente difusão do consumo abusivo de crack, como fenômeno recente no país, a suas características e a seu impacto social nas políticas sociais.

## Palavras-chave

Análise da conjuntura; Neoliberalismo; Saúde mental; Violência; Crack

## Current economic, social and psychosocial scenario in Brazil, and the increasing diffusion of crack: evaluation and prospects for action

## Abstract

This paper aims at summing up an analysis of the main trends within the economic, socio-demographic, environmental and particularly psycho-social contemporary conjuncture in Brazil, having as background the present neoliberal policies at global level and its implications in the Brazilian context. The theoretical frame of reference is hegemonically Marxist, but it also uses interdisciplinary and inter-theoretical links with other social theories, particularly with social psychology and psychoanalysis. The work also looks at identifying the main consequences of this context to social policies in the country, with emphasis on health and mental health, with special attention to the political action by stakeholders and popular-democratic social movements within those fields. A final attention is given to the increasing diffusion of crack's abusive consumption, as a recent phenomenon in the country, its features and impact on social policies.

## Keywords

Conjuncture analysis; Neoliberalism; Mental health; Violence; Crack

## Introdução

Este pequeno ensaio visa esboçar, de forma bastante esquemática, uma avaliação integrada das principais tendências da conjuntura econômica e sócio-demográfica brasileira recente, fazendo as devidas referências a seus determinantes no contexto mundial, para então poder avaliar com mais detalhes as principais mudanças e tendências que hoje ocorrem no campo sócio-cultural e psicossocial do país, bem como de suas implicações para o campo das políticas sociais, particularmente de saúde e saúde mental. O destaque final é dado à crescente difusão do consumo e da dependência ao uso de crack como fenômeno recente no país, a suas características e o seu impacto social e nas políticas sociais.

O texto se baseia em um trabalho de acompanhamento regular de indicadores econômicos, sociais, culturais e psicossociais brasileiros relevantes para a análise de conjuntura do campo da saúde mental, que vem sendo realizado pelo autor nos últimos 20 anos. As fontes são muito variadas, incluindo livros, relatórios de censos e institutos de pesquisa, teses e dissertações, artigos em periódicos, jornais diários, etc. O trabalho apresenta um estilo livre, sem preocupação de indicar de forma sistemática e detalhada as devidas referências bibliográficas para cada afirmação sobre os processos políticos, econômicos, sócio-demográficos e psicossociais identificados, fazendo-o apenas para o conjunto de cada subseção temática. Esta estratégia foi adotada por que o esforço principal se dá em uma outra direção: a de buscar investir maciçamente na interpretação qualitativa e integrada das principais tendências e transformações em curso em um quadro compreensivo, de caráter totalizante, que permita não só comparações qualitativas com outros países e regiões do planeta, como também sugerir pistas de prioridades para a formação e ação política dos vários atores e movimentos sociais dos campos em foco.

O quadro teórico de referência deste tipo de análise de conjuntura é hegemonicamente inspirado na tradição marxista, mas o leitor poderá perceber uma interação interdisciplinar e inter-teórica (VASCONCELOS, 2002) com outras teorias sociais e particularmente com outras abordagens da psicologia social e da psicanálise.

É preciso advertir o leitor de que a análise que se esboça neste ensaio de interpretação não é em nenhum sentido otimista. O contexto de políticas mundiais de

reajuste neoliberais, de crise econômica e fiscal, em um cenário com sinais cada vez mais claros de aquecimento global e de caos nas condições de sustentabilidade ambiental planetária, com resultados catastróficos previstos já para este século, vão desenhando uma conjuntura bastante sombria, na qual os grupos sociais e países mais afetados serão necessariamente os mais pobres e/ou expoliados.

Assim, este texto tem como objetivo central esboçar uma séria advertência a todos os atores políticos e sociais com alguma responsabilidade na gestão de nossas sociedades e da comunidade internacional nas próximas décadas, com especial atenção ao caso brasileiro. Além disso, o foco mais alongado nas questões sócio-culturais e particularmente psicossociais busca alertar nossos companheiros profissionais, gestores de políticas e ativistas destes campos, no sentido de estarem atentos às profundas consequências e novas demandas que as transformações econômicas, sociais e ambientais estão fazendo emergir em nossas áreas de atuação. E neste contexto, a problemática gerada pela difusão do consumo abusivo do crack ganha especial relevo.

## **Capitalismo, políticas neoliberais recentes, mudanças demográficas e metamorfoses da questão social**

### **Características principais do capitalismo neoliberal**

A compreensão crítica do quadro social atual que emergiu a partir do final da década de 1970 no capitalismo mundial e das metamorfoses da questão social e do mundo do trabalho operadas a partir daquela conjuntura, configuram o que foi chamado de fase neoliberal do capitalismo, e que inclui:

a) Um deslocamento da importância econômica e política do processo diretamente produtivo para capital financeiro, de natureza especulativo e volátil, incluindo nesta ciranda capitais de origem duvidosa, provenientes de corrupção e narcotráfico, devidamente “lavados” em paraísos fiscais.

b) Um processo mais acentuado de desregulamentação, mundialização e aceleração no tempo dos fluxos capitalistas, tanto da movimentação financeira quanto de empresas, mercadorias, partes do processo produtivo e dos serviços das empresas, tecnologias e informação. Transfere-se assim as decisões para um “mercado impessoal”, sem rosto, que agora flutua para além da gestão governamental de cada país, mas que tem seus centros decisórios nos grandes conglomerados financeiros integrados dos países centrais. Nesta direção, é que se pode entender a última crise financeira recente, que emergiu inicialmente em 2008 nos Estados Unidos, mas que se espalhou para todo o mundo.

c) As opções produtivas, tecnológicas e o padrão de consumo difundidos por estes centros decisórios nos últimos dois séculos, mas de forma mais aguda nas 3 últimas décadas, implicaram em uma depredação geral do meio ambiente, uso abusivo de recursos naturais e de fontes energéticas fósseis e não renováveis (como o carvão e petróleo). Entre seus efeitos, este padrão de crescimento libera em uma velocidade impressionante o carbono retido por milhões de anos no planeta, gerando o aquecimento global, com repercussões dramáticas, tais como:

- degelo dos pólos e elevação do nível dos oceanos;
- perda de terras baixas na orla marinha;
- completo caos nos eco-sistemas marinhos e morte generalizada de espécies;
- degelo nas montanhas, com diminuição das fontes de abastecimento dos rios, escassez crescente de água potável e desertificação em grandes áreas do planeta, no médio prazo;
- aumento da frequência, da extensão geográfica e do nível de violência de tempestades, furacões, enchentes, secas e outros fenômenos climáticos extremos, com um número cada vez mais amplos de grupos sociais atingidos, etc.

Nos novos centros de acumulação capitalista (China, Índia, Rússia e Brasil), ainda não se desenha um novo padrão de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade. A China, por exemplo, embora em um patamar comparativo bastante inferior aos dos Estados Unidos, cresce gerando um enorme passivo ambiental no campo energético, já que a maior proporção de suas fontes regulares ainda é o carvão, e os automóveis fazem parte integral dos novos padrões de consumo. Neste contexto, que também inclui uma crise profunda dos dois pólos de acumulação até o momento, Estados Unidos e Comunidade Européia, as perspectivas de um acordo mundial em torno de políticas mais sustentáveis são sombrias, como atestam os analistas que acompanham as negociações a serem concluídas em breve na Conferência Rio + 20, que vai acontecer em junho do presente ano no Rio de Janeiro. Infelizmente, são os países mais pobres e periféricos que mais estão sofrendo e sofrerão as conseqüências do aquecimento global, particularmente na África.

d) Em paralelo, temos um uso abusivo de agrotóxicos e de produtos químicos em alimentos (conservantes, adoçantes, etc), muitos deles cancerígenos e usados sem o devido controle, por influência dos interesses da indústria multi-

nacional química. Isso se associa à difusão de uma indústria de alimentos prontos, altamente calóricos e com níveis elevados de colesterol, que no contexto de um estilo de vida urbano cada vez mais sedentário, geram uma verdadeira epidemia de câncer, obesidade mórbida, diabetes, hipertensão e suas diversas complicações em parcelas crescentes da população, o que por sua vez sobrecarrega os sistemas públicos de saúde.

e) Como vimos, o recente deslocamento do crescimento econômico acen-tuado e médio para países emergentes, tais como a China, Rússia, Índia e Brasil, não muda este padrão global de acumulação e desenvolvimento, pois a tendência hegemônica é sua reprodução linear. A China em poucos anos atingirá o mais alto posto do ranking mundial, com uma economia capitalista que renova a produção de mais-valia via a super-exploração de sua vasta força de trabalho, com nível muito baixo de cobertura de bem-estar social e direitos trabalhistas. Isso gera, no plano mais imediato, um nivelamento por baixo nos valores dos bens industrializados no mercado mundial, produzindo um processo de desindustrialização na maioria dos países do mundo, que não têm condições de compensar este nível de exploração do trabalho com aumento da produtividade, e/ou que não adotam políticas de proteção a sua própria indústria.

f) Este padrão de mundialização econômica quebra a capacidade de cada Estado-nação sustentar de forma mais autônoma políticas internas de infra-estrutura e investimento social, inclusive pela crescente crise fiscal interna e endividamento externo. Este processo sem dúvida alguma está na raiz da já citada crise na maioria dos países da Comunidade Européia, continente no qual mais se desenvolveu o padrão keynesiano de políticas universais de bem estar social, o que vem gerando uma reversão significativa no nível e na qualidade da provisão social pública. Por sua vez, como indicamos acima, este contexto de crise econômica tem gerado nos principais países capitalistas centrais, os principais responsáveis até o momento pelo aquecimento global e pela crise ambiental em escala planetária, uma tendência ao adiamento e a não colocar como prioridade o enfrentamento do aquecimento global.

g) Esta crise do Estado e das políticas sociais é ainda mais grave no âmbito dos países periféricos, que não chegaram a desenvolver políticas massivas e universais de bem estar social, gerando indicadores crescentes de desemprego, pobreza e desassistência.

h) Neste contexto de crise fiscal do Estado e de redução de gastos públicos, a receita neoliberal vem apregoando a privatização e terceirização de empresas e

agências estatais, que passam a ser apropriadas, geridas ou exploradas por lógicas lucrativas de mercado, ou pelo repasse massivo da provisão direta de programas sociais ao chamado Terceiro Setor ou a empresas privadas. Assim, no setor estatal, se acentua a instabilidade dos programas e serviços sociais, bem como o processo de precarização dos direitos do trabalho para seus servidores.

i) No campo do trabalho, houve mudanças significativas, que incluíram:

- uma acentuada desregulamentação das relações de trabalho, suspendendo ou diminuindo os direitos trabalhistas e sociais conquistados no passado, liberando e submetendo essas relações às forças cegas do mercado;
- uma significativa segmentação do mercado de trabalho, com uma elite de trabalhadores com melhor qualificação e enriquecimento de tarefas, em detrimento de um amplo setor de trabalho informal (que no Brasil chega a quase metade da economia global do país), ou de assalariados com baixos rendimentos, geralmente terceirizados, com contratos instáveis e inseguros (precarização do trabalho). Isso acontece também entre os profissionais da área pública, gerando também uma forte instabilidade e colocando em risco a continuidade e qualidade dos programas sociais, como indicado acima;
- um desemprego estrutural e contínuo, em proporções muito além das antigas crises conjunturais de emprego, dado o seu suporte em tecnologias que absorvem cada vez menos força de trabalho. Assim, as políticas e programas convencionais que buscam reduzir o desemprego, como ocorre por exemplo nos últimos anos no Brasil, têm um efeito secundário que apenas ameniza superficialmente uma tendência mais estrutural e hegemônica.

Isto implica em um processo ainda mais agudo de inclusão via marginalização social, pois produz um contingente permanente e crescente de população e trabalhadores sobrantes que nem sequer serão explorados em algum momento, sem direito a ter direitos, e que por sua vez geram uma demanda cada vez maior para os sistemas de seguridade social (previdência, saúde e assistência social).

### **Implicações da gestão neoliberal no campo das políticas sociais**

No campo das políticas sociais, as conseqüências da gestão neoliberal são:

a) A estratégia anterior, do período pós II Guerra Mundial, chamado de keynesiano, que nos países centrais gerou amplo investimento do Estado em infra-

-estrutura e políticas sociais, foi substituída por um quadro de crise fiscal permanente, com forte redução dos gastos e benefícios sociais, e desmonte gradual ou selvagem das políticas nacionais de garantias sociais básicas;

b) A perspectiva do período anterior, de universalização dos programas de seguridade social, educação, saúde e assistência, como direito associado à condição de cidadania, foi substituída pela seletividade e focalização dos programas sociais nos grupos sociais de maior risco e vulnerabilidade, e pela desobrigação do estabelecimento de benefícios sociais básicos como direito de todos. No Brasil, o exemplo do atual programa Bolsa-Família, que repassa pequenos recursos financeiros diretamente às famílias, apesar de seus méritos e efeitos positivos parciais, ainda constitui um programa focal, não universal, além de o tornar facilmente apropriado para fins clientelistas e políticos.

c) Houve uma transformação do padrão anterior, de pluralismo institucional de bem estar, que comprometia as instituições estatais e públicas com o bem estar social com políticas universais e estáveis, para uma fragmentação institucional, que funciona à margem do direito, da regulação e da segurança social, por meio de:

- processos massivos de terceirização e privatização de programas sociais, com hipertrofia do Terceiro Setor e das empresas privadas que atuam na área, na maioria das vezes sem controle democrático adequado por parte da sociedade civil organizada;
- valorização de velhas fórmulas de ajuda social, como a filantropia social e empresarial, a interpelação extremada e substitutiva das ações voluntárias e de solidariedade informal na família e na comunidade.

Este novo padrão acentua ainda mais a descontinuidade, a fragmentação, a sobreposição, a desintegração institucional, e o caráter fundamentalmente paliativo e emergencial nos programas de seguridade social, particularmente no campo da saúde e da assistência social.

### **Transformações demográficas recentes: o exemplo do Brasil**

O impacto das políticas neoliberais das últimas décadas vem configurando um quadro bastante sombrio de condições de vida e implicações sociais e psicossociais para os grupos sociais mais pauperizados, particularmente em países periféricos e no Brasil. Entretanto, sua compreensão, em toda a sua amplitude, requer antes traçar um quadro das principais tendências demográficas, algumas das quais de longo prazo e que se iniciaram antes mesmo da emergência do neoliberalismo.

Por se tratar de um processo caracterizado por significativas variações nacionais, as características da atual transição demográfica e das demais mudanças sócio-demográficas relevantes serão abordadas através do exemplo brasileiro. Os estudiosos brasileiros deste campo vêm assinalando as seguintes tendências principais no país:

a) Uma aceleração da transição demográfica, com o aumento da expectativa de vida associada a uma diminuição da taxa de natalidade, com o conseqüente envelhecimento da população, com suas fortes implicações no campo da seguridade social, particularmente pelo aumento na prevalência de doenças crônico-degenerativas e da demanda por cuidado domiciliar informal, social formal em saúde e assistência social para a população idosa.

b) A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, com a diminuição da disponibilidade para provisão de cuidado informal dentro das famílias e na vizinhança, sem a devida compensação na cultura masculina relativa à produção de cuidados domésticos pelos homens, gerando uma crescente demanda por serviços sociais, educacionais e de saúde.

c) A diminuição da capacidade dos homens adultos atuarem como provedores de renda, sem mudanças significativas na divisão de gênero do trabalho doméstico, e do papel dos jovens constituírem fonte adicional de recursos, devido às altas taxas de desemprego, trabalho informal e migração. Neste sentido, no atual contexto, as unidades familiares extensas e compostas, que tradicionalmente tinham maiores possibilidades de gerar renda composta, tendem a apresentar um perfil mais elevado de vulnerabilidade social.

d) Uma maior diversidade de arranjos sexuais e domiciliares, novas tecnologias reprodutivas e de planejamento familiar, mudanças nos papéis de gênero e nas identidades sexuais, crescentes taxas de separação conjugal e de nascimentos fora das uniões. Os novos laços conjugais tendem a ser mais voláteis, gerando pouco compromisso com o parceiro e seus filhos, particularmente em situações que exigem investimento de longo prazo, ou atenção/cuidado mais intensivo, reforçando as condições que geram situações de violência doméstica. Há um aumento significativo do número de famílias monoparentais lideradas e providas exclusivamente pela mulher, com médias elevadas do total de horas semanais de trabalho doméstico e trabalho produtivo. No Brasil, este tipo de arranjo domiciliar atinge hoje cerca de um terço do contingente de famílias, mas é ainda mais difuso nos grupos sociais populares. Por outro lado, não está havendo uma reversão nas identidades de gênero,

o que poderia estimular os homens a assumirem o papel de cuidadores dentro da família de forma mais massiva e comprometida. Assim, neste contexto, mulheres e os poucos homens cuidadores tendem a ficar esgotados, sem tempo e disposição para investimento na educação dos filhos, particularmente quando eles exigem mais atenção, tolerância e investimento (por exemplo, na primeira infância e na adolescência). No Brasil, tais famílias tendem a apresentar maiores taxas de vulnerabilidade social e episódios de violência doméstica, agora já perpetrados também pelas mulheres. Em paralelo, há também um crescimento significativo no número de pessoas que moram sozinhas (famílias unipessoais), particularmente de mulheres idosas, o que gera, em situações de fragilidade existencial, novas e crescentes demandas ao sistema de seguridade social.

e) Uma mudança no padrão de fecundidade e comportamento reprodutivo, com um aumento significativo na taxa de incidência de gravidez entre mulheres mais jovens e adolescentes. No caso destas últimas, a gravidez acontece em um estágio de vida ainda impróprio para a gestação, manutenção e educação de filhos, para o processo de desenvolvimento físico e psicológico dos próprios adolescentes e para a consolidação de uniões conjugais. Esta tendência tem implicações fundamentais no campo da vulnerabilidade e assistência social, da atenção materno-infantil, do planejamento familiar, da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS, da educação, da relação com o abuso de drogas, etc. Felizmente, pelo menos no Brasil, esta tendência está sendo revertida gradualmente nos últimos anos.

### **A dimensão política: uma rápida avaliação das lutas sociais e da esfera governamental no Brasil recente**

No contexto dos países do cone sul latinoamericano, é possível dizer que as condições históricas para a implementação de políticas sociais universais encontraram até a década de 1980 obstáculos estruturais de longo prazo, dada a sua posição de países periféricos na divisão internacional do trabalho. No entanto, nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos de 1980, o ciclo das ditaduras militares acrescentou a este processo estrutural o seu componente político, abortando qualquer movimento social popular de luta por democracia e políticas sociais voltadas para a maioria de suas populações. Na década de 1980, as lutas por redemocratização e o fim dos regimes militares fizeram emergir as condições políticas para a implantação destas políticas sociais, mas já em pleno contexto histórico de

crise do ciclo keynesiano e de políticas de reajuste neoliberal, gerando inúmeras dificuldades para a sua consecução.

No Brasil, esta luta por democracia gerou vários movimentos sociais e iniciativas que desaguarão na Constituição de 1988 e na construção do arcabouço jurídico e institucional para diversas políticas sociais de caráter universal. Vários destes movimentos foram se organizando e ocupando espaços no aparato estatal e na sociedade civil. De forma gradual, foram sendo implementados legislação, políticas e programas voltados para os interesses populares: o Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do chamado movimento sanitário; o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); o Estatuto do Idoso; o movimento social e as políticas em torno da AIDS; a reforma psiquiátrica, sustentada pelo movimento antimanicomial; bem como outros movimentos e conquistas ligados à vigilância sanitária, defesa do consumidor, etc. Entretanto, também no Brasil, esta implementação, nas décadas de 1990 e 2000, vem encontrando todos os obstáculos impostos pela conjuntura neoliberal e particularmente pelas forças políticas que vêm governando o país.

A década de 1990 foi testemunha de governos que adotaram doutrinariamente o ideário neoliberal. A historiografia identificada com os interesses históricos das classes trabalhadoras do país avaliam com razoável consenso que os governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso implementaram políticas e programas claros inspirados neste ideário, e há uma vasta literatura publicada e referendada nesta direção. Neste sentido, não há muito o que apresentar de novo sobre o tema. Entretanto, a avaliação sobre a década seguinte é mais complexa, e podemos partir de alguns indicadores sociais básicos.

Desde 2002, ou seja, desde o início da administração federal do Partido dos Trabalhadores, temos assistindo a uma pequena melhora no padrão de renda, nos índices de emprego e de alguns dos indicadores sociais, para um grupo significativo da população de baixa renda, que vem sendo incorporada ao consumo de massas. O governo do Partido dos Trabalhadores, diante da crise internacional, vem fazendo particularmente a partir da segunda metade da década, uma aposta de inspiração keynesiana e desenvolvimentista, de sustentar o crescimento econômico com base na ampliação do mercado interno, aumentando a capacidade de consumo das classes trabalhadoras.

Contudo, estes indicadores têm ainda uma repercussão pouco significativa na estrutura do mercado informal de trabalho, que resiste e continua a atingir

quase metade da força de trabalho no país. Outra dimensão do trabalho no país nos últimos anos tem sido a crescente desindustrialização, com baixo nível de investimento em infra-estrutura e migração de empregos do setor produtivo para a área de serviços, já que o governo vem aceitando até recentemente com passividade a nova divisão internacional do trabalho marcada pela presença asiática, e permitido a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros, principalmente chineses, a baixo preço. Adicionalmente, o deficit habitacional e o perfil de saneamento básico não tem assistido a mudanças significativas no mesmo período, e em algumas dimensões, tem se deteriorado. Por exemplo, entre 2001 e 2010, o número de pessoas vivendo em favelas quase dobrou em todo o país. Além disso, a incapacidade política de realizar um processo efetivo de reforma agrária, com suporte técnico, social e de financiamento adequado, tem gerado um quadro de baixa absorção de mão de obra, de desocupação no campo e de crescente violência contra os líderes dos movimentos sociais de resistência, empurrando estes grupos populacionais para as periferias das cidades. Em paralelo, embora os índices absolutos de inserção de crianças na educação básica tenham crescido, os indicadores de aprendizagem e de evasão escolar não têm configurado melhoras significativas nas classes trabalhadoras, dado o subinvestimento e a baixa qualidade do ensino básico público no país. E finalmente, as áreas clássicas de seguridade e bem estar social, que poderiam atuar como um contrapeso a precarização dos vínculos do trabalho, tem sido alvo preferido de cortes orçamentários regulares nos últimos anos, e um exemplo inequívoco no país, sem dúvida alguma, está na área da saúde.

Na avaliação do cenário brasileiro recente, há também dimensões políticas fundamentais. A primeira, diz respeito à institucionalização e cooptação dos movimentos sociais populares nos governos do PT, que passam a atuar apenas nos canais permitidos pelo governo, se distanciando das lutas e dos interesses históricos da maioria de sua população. Este processo, somado com o governo de coalizão com forças e partidos políticos conservadores na gestão governamental em todos os níveis de atuação (federal, estadual e municipal), vem gerando um processo maciço de despolitização do debate político sobre as mudanças em curso e sobre a gestão governamental. A isso se somam as perdas na dimensão ética na prática política. Desde o episódio chamado de “mensalão”, em 2005, ficou claro que o partido absorveu os dispositivos mais deletéreos de angariar fundos para financiar a atividade partidária e politico-institucional, via corrupção, ou tem fei-

to alianças com outros grupos políticos e partidários mantidos no governo, que são conhecidos por este tipo de prática. Nas classes médias e nos demais setores mais esclarecidos da população, as expectativas de uma vida política mais ética se esvaneceram, difundindo uma desilusão com a própria política e a possibilidade de um projeto de vida social mais eticamente responsável.

### **Impacto e implicações sociais e psicossociais das políticas neoliberais, tendo como pano de fundo as mudanças demográficas, no cenário brasileiro**

Creio que agora temos os pré-requisitos e as condições necessárias para compreender melhor o impacto social e psicossocial das políticas neoliberais e das mudanças demográficas pelas quais o país atravessa. Podemos tentar resumir algumas das principais características deste quadro nos seguintes aspectos:

a) Desemprego estrutural, precarização geral do trabalho e suas implicações psicossociais:

O padrão mais geral que se esboça nas últimas décadas no Brasil é o enorme contingente de desempregados ou com trabalho precário e informal, bem como se estimula o trabalho escravo e o trabalho infante-juvenil, na medida do desespero de muitas famílias e indivíduos, fazendo-os aceitarem qualquer fonte de renda. Para os que detêm emprego ou trabalho, se intensifica o ritmo e as exigências do trabalho (“vestir a camisa da empresa”), se deterioram as condições de trabalho e se generaliza o medo de perda do trabalho.

Esse perfil massivo e duradouro de ausência ou precarização do trabalho, acompanhado por baixo investimento e baixa qualidade das demais políticas sociais públicas universais, impedindo-as de funcionarem como contrapeso às condições precárias de trabalho, tem repercussões dramáticas do ponto de vista psicossocial para as classes populares, induzindo a estados e quadros de:

- desamparo e depressão, particularmente após vários meses de ausência e de buscas infrutíferas de trabalho;
- desarticulação da perspectiva de futuro através da dedicação ao trabalho e à carreira pessoal, e da esperança dos filhos terem uma vida melhor por meio do investimento de longo prazo na educação e formação para o trabalho.

Este mesmo processo é complementado, em sua outra ponta, pelo baixo investimento e qualidade precária do ensino público, gerando sua incapacidade de

servir como mecanismo efetivo para induzir mobilidade social para as classes populares, e portanto, de também ajudar a sustentar esta perspectiva de futuro.

b) Aumento da criminalidade, do tráfico e do abuso de drogas, das milícias e da violência social:

A desesperança e a desarticulação da perspectiva de um futuro melhor abre o caminho, particularmente entre jovens homens desempregados de favelas e bairros periféricos de cidades médias e grandes, para sua atração e mobilização pelo crime e pelo narcotráfico. Para adolescentes e jovens, os processos psicossociais e culturais de identificação com lideranças e pessoas famosas da sociedade, quando os caminhos convencionais para atingí-los estão barrados, se deslocam para as lideranças locais do tráfico, que esbanjam poder, prestígio e prazeres imediatos. Essa mobilização de adolescente e jovens pelo narcotráfico gera um aumento vertiginoso nos indicadores de violência e de mortes violentas e prematuras neste grupo etário.

Esta alta taxa de mortalidade não acontece apenas devido aos efeitos psíquicos e corporais do abuso de drogas, ou aos conflitos relacionados ao consumo e ao tráfico de drogas, ou da relação destes com a polícia, mas também por que a violência física e o justicamento passaram a se constituir formas usuais de se resolver conflitos interpessoais corriqueiros dentro das comunidades.

A entrada e difusão mais incisiva do crack e de drogas similares, como o oxi, ao longo do território brasileiro, na última década, vem deteriorando ainda mais esta situação.

Por outro lado, as organizações criminosas passaram por uma enfática centralização, com comandos únicos, liderando as ações até mesmo de dentro das prisões, e usando a violência contra a população civil como moeda de troca para concessões dentro dos presídios ou para vingar a ação policial contra as lideranças. Neste quadro, um dado novo e recente tem sido a inclusão de mulheres em postos de liderança das organizações criminosas, como herdeiras de seus companheiros traficantes, quando mortos ou presos.

Em um quadro como este, os espaços públicos urbanos são cada vez mais são vividos como perigosos, restringindo a troca social e o lazer; há um aumento significativo da incidência de quadros pós-traumáticos, psicossomáticos, de ansiedade e fobia social, decorrentes da exposição aguda ou regular a situações de violência, o que por sua vez tem um enorme impacto nos programas públicos de saúde mental.

Além disso, no Brasil, a ausência do Estado, de uma política de segurança mais adequada e de uma polícia bem equipada e bem remunerada tem gerado a proliferação de milícias e organizações para-policiais como forma de tentar garantir a segurança territorial e de restringir a ação do tráfico de drogas. Contudo, apresentam padrões de relação com a população não só ilegais, mas também muito similares ao do narcotráfico, nas formas de gerar renda, de constranger e impor suas ordens sobre a população, ou de explorar negócios escusos (tais como jogos de azar, linhas clandestinas de transporte de vans e de TV a cabo [“gatonet”], etc), bem como de realizar ações de violência com aqueles que não se submetem às suas ordens. Além disso, as milícias e organizações para-policiais representam um risco ético-político ainda maior, pela capacidade de gerar representação política e ocupar as câmaras de vereadores e as assembléias legislativas, bem como por aumentar ainda mais o descrédito no poder público.

No Brasil, e particularmente na cidade do Rio de Janeiro, a política de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas até então dominadas por grupos fortemente armados do narcotráfico, significa um enorme avanço na reconquista do controle social e político de espaços urbanos e da violência, bem como de normalização da vida social e comunitária local. Entretanto, ainda deve ser acompanhada de políticas e serviços sociais e de cidadania de base local, tais como reurbanização e infra-estrutura, escolas, unidades de saúde da família, centros de referência de assistência social, postos de documentação, regulamentação urbana e demais serviços jurídicos, locais e serviços para lazer, cultura e esporte, etc.

Há uma enorme dívida social a ser resgatada nestas comunidades. Além disso, a cobertura existente de UPP's é ainda restrita e tende a exportar o tráfico para as demais áreas metropolitanas vizinhas e cidades do interior. Em terceiro lugar, as UPP's devem ser implementadas com medidas claras e de ampla visibilidade social de controle, contra os abusos e atos de violência por parte da própria polícia. E finalmente, é preciso avaliar com realismo a reprodutibilidade destes programas em larga escala, pelo seu alto custo. A atual implementação do projeto nas áreas urbanas mais importantes e valorizadas do município do Rio de Janeiro só foi possível devido à realização próxima de grandes eventos, como uma olimpíada e uma copa mundial de futebol, o que tem gerado a drenagem de um alto volume de recursos para investimento urbanístico e social nas áreas de maior visibilidade da cidade.

c) Criminalização e estigmatização da questão social:

O aumento da violência, em função das questões listadas no tópico anterior, tem levado a uma crescente criminalização e estigmatização da questão social, ou seja, o seu deslocamento para a esfera policial e penal, dado que o seu enfrentamento tende a se dar apenas na tentativa de controle de seus efeitos terminais mais graves, tanto no foco das políticas quanto na sua forma. Neste campo, se destacam:

- o aumento da violência da polícia para com a população negra, favelada e pobre nas cidades, principalmente nos bairros periféricos e comunidades, bem como no campo;
- uma forte estigmatização social da população sobrando, com dificuldades de ser incluída no mercado de trabalho, ou que apresenta idiosincrasias existenciais e sociais (desempregados de longo prazo, pessoas em situação de rua, com transtorno mental, usuários de álcool e drogas, etc).
- o aumento geométrico da população carcerária, em instituições superlotadas e com condições de vida degradantes, tanto para adolescentes com problemas com a lei como para adultos;
- o crescente número de revoltas dentro dos presídios, que por sua vez provocam uma espiral de crescente violência pela polícia para debelá-las.

De novo, as UPPs significam a abertura de novo papel da polícia junto às comunidades. Entretanto, a ausência de outros serviços e programas sociais locais, como indicado acima, pode levar a uma centralização do poder social nos policiais, em um processo que deve e pode ser evitado.

d) Desarticulação comunitária:

Com o aumento das exigências de sobrevivência, ocorre o multi-emprego, o aumento do número de horas extras e na taxa de trabalho informal, provocando uma diminuição da disponibilidade para atividades comunitárias e de cuidado informal dentro das casas. A busca de trabalho em outros locais gera desterritorialização e perda dos laços de vizinhança e amizade provocadas pelas constantes mudanças e migrações em busca de trabalho. A desarticulação das atividades comunitárias é também acelerada pelo aumento da violência em geral e particularmente pela ação dos grupos de narcotráfico, que intimidam ou mesmo eliminam lideranças comunitárias não subservientes aos seus interesses.

Aqui também, as UPPs podem ter um papel fundamental, desde que sejam acompanhadas por uma política ativa de desenvolvimento da participação social e comunitária.

e) Precarização da função simbólica paterna e da estrutura familiar, e suas conseqüências:

Os variados e diferentes fatores identificados acima, a saber:

- desemprego e precarização do trabalho masculino e feminino;
- crescente participação da mulher no mercado de trabalho, gerando sobre-trabalho doméstico;
- a não reversão das identidades de gênero, de forma a estimular a produção de cuidado na esfera doméstica pelos homens;
- difusão do consumo abusivo de drogas;
- aumento do número de famílias monoparentais;
- enfraquecimento dos laços conjugais;

vêm gerando uma diminuição da presença real paterna e materna na família. Temos assim uma precarização das funções materna (maternagem, investimento e cuidado físico e emocional direto, garantindo o que Winnicot denominou de “mãe razoavelmente boa”, um pré-requisito fundamental para a saúde mental da criança e do futuro adolescente e adulto) e paterna (função de autoridade, de incorporação do sujeito humano ao universo da Lei e da cultura). Isso fragiliza o potencial de socialização, de formação de valores e de contenção de impulsos agressivos na criança pelas famílias.

Esta precarização da estrutura familiar e das funções materna e paterna poderia em tese ser compensada parcialmente por outras instituições sociais, culturais e educacionais promovidas pelo Estado ou difusas na sociedade civil: creches públicas integrais, educação integral, projetos de lazer, cultura e esportes, programas universais de saúde da família e de assistência social, etc. Entretanto, no atual quadro demográfico e de redução do investimento público no campo social, esta precarização não é compensada socialmente, no mesmo nível das perdas no circuito familiar.

As implicações deste complexo processo são inúmeras:

- “pais esgotados” para investir tempo e para lidar com a educação e os problemas no dia a dia das crianças e adolescentes; maior dificuldade para colocar limites; diminuição da capacidade das famílias proverem cuidado informal aos seus membros dependentes ou em situação de vulnerabilidade (idosos, doentes crônicos, deficientes, etc). Isso gera um aumento dos casos de negligência, abandono, cárcere privado e violência doméstica, bem como aumenta a demanda por serviços públicos de cuidado social para estes grupos de pessoas;

- aumento da incidência de comportamentos anti-sociais, abuso de drogas e de criminalidade;
- violência doméstica: negligência; maus tratos físicos, verbais e psicológicos; apropriações indébitas; violência sexual e pedofilia, incluindo, de forma crescente, também mães e madrastas no perfil dos autores de mau-tratos;
- aumento vertiginoso do número de pessoas em alto nível de risco social, exigindo medidas urgentes de proteção social e suporte legal;
- abandono ocasional ou permanente da casa da família como opção inevitável de sobrevivência e aumento do contingente de crianças, adolescentes e outros moradores em situação de rua, gerando mais perda dos laços relacionais, um dos componentes do processo de desfiliação social.

f) Aumento dos quadros mais agudos de inclusão pela marginalidade e desfiliação social:

Em primeiro lugar, temos o contingente de crianças, adolescentes, jovens e adultos em conflito com a família e que acabam nas ruas, já identificados no tópico anterior. Entretanto, a associação destes fatores com desemprego estrutural e com o crescimento do consumo/abuso de álcool e outras drogas tende a agudizar e alongar no tempo as situações de desfiliação relacional particularmente entre a população jovem. Como consequência, temos um aumento da violência social, do contingente de população em situação de rua, da taxa de mortalidade nesta faixa etária e da demanda por serviços sociais em geral e/ou em saúde, saúde mental e voltados para este grupo, incluindo os quadros de abuso de drogas.

g) Degradação ambiental, das condições sanitárias e da saúde pública:

Embora haja questões que atingem a humanidade e o planeta de forma indiscriminada (como o aquecimento global, a fragilização da camada de ozônio, a poluição do ar e dos rios, a diminuição das fontes de água potável), a degradação ambiental atinge de forma mais acentuada os setores mais pauperizados da população. O exemplo principal está na urbanização acelerada sem a devida infraestrutura em saneamento básico, coleta de lixo, saúde preventiva e nutrição, bem como a invasão de áreas verdes, com a contaminação da população.

Assim, o perfil epidemiológico recente no país registra, além do aumento esperado da incidência de doenças crônico-degenerativas, também um crescimento significativo das doenças infecto-contagiosas, como a dengue, a febre

amarela, o Mal de Chagas, leishmaniose, tuberculose, amebíase, esquistossomose, malária, leptospirose, etc.

Além disso, como já indicado acima, o atual padrão de consumo alimentar, com ênfase em comidas super-calóricas, prontas e industrializadas, com níveis descontrolados de conservantes, em um contexto de baixa atividade física, vem aumentando vertiginosamente a incidência de obesidade mórbida, diabetes, hipertensão e suas variadas complicações.

h) Novas formas de territorialização da inclusão pela marginalidade e difusão de uma cultura da indiferença:

Principalmente nos grandes e médios centros urbanos, exacerba-se a cultura do individualismo e das formas mais frívolas de sociabilidade: indiferença, consumismo, culto do corpo, narcisismo e simulacros de sonhos, convivendo lado a lado com as formas mais agudas e inumanas de negligência e exclusão presentes nas próprias ruas das cidades. As novas estratégias de territorialização não exigem mais as velhas instituições totais (colônias, abrigos, asilos psiquiátricos e de velhos, casas de órfãos, deficientes, etc) como forma de segregação, pois agora as ruas e calçadas das cidades constituem espaços abertos de exclusão, desfiliação e violência. A única exceção expressiva são as áreas turísticas, que são passíveis de programas de recolhimento involuntário ou até mesmo de internações compulsórias. As fronteiras entre os dois mundos são redesenhadas pela construção de novos espaços e formas seletivas de apartheid e bunkers sociais, como nos condomínios de luxo, nos shopping centers e nos carros de luxo blindados, estes cada vez mais assemelhados, nos itens de segurança, a tanques de guerra.

i) Esgarçamento nos mecanismos psíquicos coletivos de reconhecimento da alteridade e reciprocidade, com emergência de focos dispersantes de barbárie e de demanda de gozo sem limites:

O conjunto de fatores identificados acima, tais como:

- a precarização das funções simbólicas materna e paterna;
- a desarticulação da perspectiva de futuro;
- a barbaridade das práticas societárias de inclusão pela marginalidade e negação da cidadania;
- a convivência diária com a violência;
- a exposição pública da corrupção e da impunidade na polícia e outras agências estatais;

provocam um recuo nas defesas individuais e coletivas contra impulsos delinqüenciais, corroendo as noções básicas de reconhecimento da reciprocidade humana e da ética, estimulando a emergência de focos de perversidade, barbárie e de demandas de se viver o gozo sem limites.

Em tese, o pacto da cidadania sustenta o pacto psíquico interno em cada indivíduo: se sou reconhecido na sociedade, se me protegem contra a violência e negligência, e se me oferecem a perspectiva de um futuro melhor, eu posso adiar meus anseios de gozo, de viver o prazer imediato, para ter uma vida melhor no futuro, pela educação e trabalho. Na direção inversa, se há uma regressão duradoura neste pacto da cidadania, particularmente quando atinge a criança e o adolescente, se enfraquece este pacto psíquico interno: há então a irrupção dos impulsos delinqüenciais visando o gozo já, no presente, mesmo que custe o sofrimento para os outros e aumente a possibilidade de minha morte em pouco tempo. Os sinais mais escandalosos disso são:

- o abuso de álcool e outras drogas;
- as chacinas;
- o assassinato como mecanismo cotidiano e sistemático de resolução de conflitos ou como estratégia de roubo;

Entretanto, o fenômeno se dispersa e difunde também em escalas diferenciadas em todo o tecido social, nas demais classes sociais, como por exemplo:

- na falta de consideração diária entre as pessoas na rua;
- no desrespeito pelo espaço público, passível de se jogar lixo, se bloquear passagem de pedestre e carros, em deixar o cocô do cachorro na calçada, etc;
- na busca de vantagens a qualquer custo;
- no desacato no trânsito;
- na dilapidação dos bens públicos;
- no desrespeito dentro das famílias, etc.

j) Expansão significativa do número de templos e adeptos de denominações religiosas carismáticas e pentecostais:

A interpretação do fenômeno é variada e polêmica entre os estudiosos do campo no Brasil, com fortes tendências iniciais a associá-lo à alienação social e política. Contudo, há outras correntes mais recentes que buscam ter uma visão mais complexa e compreensiva, “por dentro”, da sua crescente difusão atual. Embora não invalidem as análises centradas nos efeitos alienantes, estas últimas reconhe-

cem que estas denominações religiosas ofereceriam oportunidades em suporte pessoal, social e em saúde/saúde mental que não estão facilmente disponíveis nos serviços públicos seculares. Além disso, do ponto de vista subjetivo, ofertariam, particularmente para os grupos sociais mais atingidos pela crise atual, motivações simbólicas, rigidez moral, intensidade emocional e mecanismos psicológicos de defesa mais compatíveis com o grau de mobilização subjetiva necessária para:

- reconhecer e submeter ritual e simbolicamente, mesmo que de forma reducionista, as forças “malignas” que atormentam as pessoas;
- confrontar o esgarçamento moral e ético descrito acima;
- resistir ao atual quadro generalizado de miséria, desemprego, desesperança, deterioração pessoal, familiar e comunitária;
- evitar, suportar, reorientar ou eventualmente sair de situações fortemente dramáticas de vida (o “fundo do poço”), como carreiras pessoais de crime e abuso de álcool e drogas, convívio regular com a violência e doenças, busca de re-canalizar a sexualidade para o casamento, de re-investir e cuidar da família, etc.
- representar uma estratégia concreta de se recriar uma vida pessoal, familiar e comunitária que seja respeitada pelo tráfico de drogas.

Sem dúvida alguma, este tema é altamente polêmico, e exige investigação mais aprofundada, de diversos pontos de vista, e um debate respeitoso e aberto de seus resultados e de sua significação social e psicossocial.

### **Processos e movimentos de resistência na América Latina e no Brasil**

O quadro conjuntural montado nas seções anteriores revela um cenário claramente desfavorável aos interesses históricos das classes populares em escala mundial, e com ênfase particular no Brasil. Entretanto, esse quadro não acontece sem fissuras, contradições e reações, que embora ainda não apontem para mudanças significativas, configuram uma busca de caminhos alternativos ao projeto neoliberal e suas consequências sociais, bem como aos desafios ambientais do planeta. Neste quadro, podemos apontar alguns movimentos e processos importantes, tais como:

- a) A luta e a resistência por políticas sociais públicas e universais no Brasil

Vimos anteriormente que no Brasil, na década de 1980, a luta por democracia gerou vários movimentos sociais e iniciativas que desaguarão na Constituição de 1988 e na construção do arcabouço jurídico e institucional para diversas políticas sociais de caráter público e universal. Entretanto, no Brasil, a sua implementação,

nas décadas de 1990 e 2000, vem encontrando todas as limitações e obstáculos impostos pela conjuntura neoliberal, pelas características políticas dos governos no poder, no plano federal, estadual e municipal, e pela própria institucionalização dos movimentos sociais populares que impulsionavam os seus projetos.

Mesmo assim, esta luta continua viva, com momentos de fluxo e refluxo, implicando em movimentos de resistência, e em alguns casos, em conquistas parciais. Nos últimos anos, há algumas articulações importantes em áreas específicas de política social, particularmente de trabalhadores e servidores destas políticas, ou de setores mais críticos dos movimentos sociais prévios da área, que estão se mobilizando para tentar resistir às políticas inspiradas no ideário neoliberal. Um exemplo recente são os fóruns de saúde, que lutam por “um Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, gratuito e de qualidade”, hoje com núcleos ativos em várias capitais do país, e que centram suas iniciativas principalmente na luta contra a privatização crescente de serviços e da gestão dentro do SUS.

b) *Articulações internacionais recentes de movimentos sociais:*

Na década de 2000, a realização dos encontros do Fórum Social Global mostrou a possibilidade de articulação de lutas setoriais em escala global, respeitando-se a complexidade e diversidade das diversas questões sociais, políticas e ambientais, ainda que de forma gradual e sem uma plataforma unificada de bandeiras e lutas. Em paralelo, o desenvolvimento de redes sociais na Internet tem permitido a articulação muito rápida de eventos e manifestações. O exemplo do movimento “Occupy Wall Street”, que se iniciou nos Estados Unidos em 2011 e se espalhou por vários países da Europa, são um exemplo vivo deste processo. A “Primavera Árabe” também demonstra isso e tem sido mais eficaz, promovendo a derrubada de regimes políticos autoritários consolidados em décadas de existência.

Entretanto, os ganhos efetivos destas articulações em escala mundial ainda são pequenos e pontuais, ou apenas em setores específicos, sem gerar um bloco mais efetivo de contraposição ao atual modelo de desenvolvimento econômico e social, bem como de enfrentamento ao desastre ambiental em escala planetária.

c) *A emergência de movimentos políticos e governos latino-americanos de esquerda:*

Em países tais como Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua, além do exemplo histórico de Cuba, assistimos à emergência nos últimos anos de movimentos políticos e governos que, apesar de todas as suas contradições e limitações no campo político e democrático, significam novos espaços para

a organização popular e de desenvolvimento de projetos econômicos e sociais voltados para a maioria de suas populações, bem como de possibilidades de articulações geopolíticas regionais capazes de exercer algumas formas de contraposição à atual ordem hegemônica mundial, mesmo que de alcance ainda muito limitado.

d) Organização e radicalização de movimentos sociais de grupos incluídos através da marginalidade:

No Brasil e em alguns outros países da América Latina, assistimos a um processo acentuado de institucionalização do movimento sindical e dos movimentos sociais populares mais convencionais. Entretanto, na direção contrária, somos testemunhas da emergência e radicalização dos movimentos de grupos sociais incluídos via marginalidade: trabalhadores sem terra, índios nas áreas rurais e florestas, e trabalhadores sem teto nas grandes cidades. Portanto, é interessante notar que o aprofundamento deste tipo de inclusão social vem gerando forte oposição de movimentos sociais ativos, em setores sociais de reduzida importância econômica para a acumulação capitalista, e que normalmente não tinham tradição de articulação política e organização disciplinada.

e) Organização e difusão de projetos redes de economia e colaboração solidária:

Nos últimos anos, particularmente com a difusão da Internet, vem se ampliando as redes solidárias de produção e consumo de bens, serviços e tecnologias sustentáveis, de ações educativas, culturais, e políticas, em projetos autônomos ou incluindo reivindicações ao ou ações do Estado, e articulando ONGs, movimentos sociais, grupos étnicos e sociais excluídos, movidos por motivações ético-políticas e não econômicas. Este movimento tem enorme importância na implementação de projetos de geração de renda e trabalho, como estratégia de curto e médio prazo, enquanto as condições estruturais para mudanças mais significativas não emergem, possibilitando esforços de maior longo alcance para novos projetos históricos e políticas de desenvolvimento mais adequadas do ponto de vista tecnológico, econômico, social e ambiental.

Assim, enquanto não se muda de forma mais substantiva a atual política econômica, social e tecnológica mundial, estas redes constituem um embrião importante de projetos que poderão ter uma escala muito maior em um futuro mais favorável aos interesses populares.

## O quadro atual no campo das drogas ilícitas no Brasil e a crescente difusão do uso abusivo de crack

### Tendências mais recentes das políticas de drogas no plano internacional e brasileiro: a crítica crescente do proibicionismo estrito

No campo internacional e brasileiro, há claros indícios de que gradualmente está sendo quebrado o consenso monolítico e duro da política estritamente proibicionista, de inspiração norte-americana, para o campo das drogas ilícitas. As conferências das agências internacionais ligadas ao tema, nos últimos anos, vêm mostrando uma clara dissidência em relação às diretrizes norte-americanas até hoje hegemônicas. Elas têm reconhecido que a atual política é incapaz de reverter os níveis atuais de produção e o consumo de drogas, bem como de enfrentar o poder crescente do tráfico internacional e nacional de drogas, cuja violência tem aumentado.

As experiências das novas legislações na Comunidade Européia, particularmente na Espanha e Portugal, na direção da descriminalização da produção caseira ou de venda controlada em farmácias de produção sob estrito controle estatal, bem como de livre portabilidade e do consumo de pequenas quantidades de drogas leves (principalmente maconha), significam um avanço imenso na quebra do monolito. Elas implicam em:

- retirar do narcotráfico o poder e a renda associada a estas drogas específicas;
- diminuir a criminalização dos usuários e dos trabalhadores de transporte de pequenas quantidades associados ao narcotráfico;
- concentrar o trabalho policial no controle mais efetivo das drogas mais importantes e nos responsáveis maiores pelo tráfico;
- possibilitar a descriminalização da produção e porte de pequenas quantidades de drogas leves, como a maconha, em um contexto de expansão, no mercado ilícito, de crack e de outras drogas mais pesadas, possibilitando ao mesmo tempo uma nova alternativa de redução de danos para os usuários destas drogas;
- diminuir a estigmatização dos usuários;
- dar visibilidade social, legitimar e consolidar um investimento mais claro em políticas de redução de danos;
- ao dar visibilidade social, criar condições para que a população e a sociedade civil exijam políticas mais adequadas e massivas de prevenção das drogas mais pesadas, e melhores serviços de assistência a usuários que precisam e/ou queiram se tratar.

Hoje, há indubitavelmente no Brasil um maior espaço para se discutir novas peças legislativas, políticas e programas de redução de danos, de assistência ao abuso de drogas e para a discriminação parcial do consumo de pequenas quantidades de drogas mais leves. A Lei 11.343, de 2006, que diferencia o consumidor do traficante e estabelece penas comunitárias e tratamento para o primeiro, já significou um pequeno avanço nesta direção. Mais recentemente, alguns documentários divulgados nacionalmente (ver especialmente o documentário “Quebrando o tabu”, Fernando Andrade, de 2011) têm focado claramente o debate, e um dos principais defensores de uma nova postura neste campo tem sido, com alguma surpresa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo governo (1994-2001) assumiu posturas inteiramente conservadoras na área. Neste cenário de progressos potenciais, está em curso no país um debate ainda discreto sobre a descriminalização da produção e do consumo de pequenas quantidades de maconha, e a primeira versão do novo Código Penal divulgado em maio de 2012 já contempla corajosamente a questão. Esta proposta certamente encontrará muita resistência por parte da posição até então hegemônica e difusa no país, de proibicionismo estrito em relação a qualquer droga hoje considerada ilícita, mas o reconhecimento de seus limites está também, e felizmente, se disseminando muito rapidamente no Brasil e em vários países ocidentais.

### **O quadro emergencial provocado pela recente difusão massiva do uso abusivo de crack**

#### **O impacto do crack na vivência pessoal, familiar e comunitária**

A atual disseminação epidêmica no país do crack, e em alguns locais do país também do oxi, uma variante ainda mais tóxica do primeiro, vem agudizando o quadro de uso abusivo de drogas ilícitas no país, com alta visibilidade social e na mídia, e com muitos casos com níveis elevadíssimos de deterioração somática, psíquica e cognitiva, particularmente entre as crianças e adolescentes. As substâncias químicas misturadas na composição do crack e principalmente do oxi tem um alto impacto na saúde de seus usuários, cria dependência muito mais rapidamente, e gera um nível de fissura de alta intensidade em busca de novas pedras, levando a um estilo de vida de negligência às necessidades corporais, com poucos casos de uso funcional, que permita ao indivíduo manter suas atividades diárias. Assim, a maioria dos usuários acaba gravitando em torno das chamadas *cracolândias* urbanas e nas periferias das cidades, onde a droga está disponível, e sendo

de baixo custo, o uso é sustentado com atividades de sobrevivência básica, por serviços associados ao tráfico, ou por pequenos delitos. Hoje se estima que temos cerca de um milhão de indivíduos fazendo uso regular do crack ou oxi, atingindo quase a totalidade dos municípios do país.

No âmbito privado, familiar e comunitário, o nível de dramaticidade colocado pelo uso contínuo da droga é altíssimo, pois o seu usuário, para manter o consumo, muitas vezes passa a vender os bens da família, a traficar, a cometer pequenos crimes, a morar na rua, a se prostituir, etc. Este último impacto é mais acentuado nas crianças, adolescentes e nas mulheres, cuja estratégia de sobrevivência geralmente inclui a prostituição, com risco elevado de contaminação por DST/AIDS. As estratégias mobilizadas pelas famílias e comunidades para lidar com tais situações lembram aquelas utilizadas em relação aos loucos no Brasil, anteriores à própria existência histórica da psiquiatria como profissão e de suas instituições especializadas, antes da segunda metade do século XIX: buscar seus parentes nas cracolândias e utilizar todos os dispositivos para mantê-los sob controle, como o cárcere privado nas casas, a busca de qualquer tipo de lugar para internação de longa permanência (e daí a demanda atual pelas comunidades terapêuticas - discutidas a seguir - e/ou por internação hospitalar), a prisão policial, o abandono nas ruas ou em áreas remotas, e em alguns casos, a própria eliminação física, etc. Isso sem levar em conta os casos freqüentes de dívida com os traficantes ou de pequenos delitos que incomodam a comunidade, em áreas controladas pelo tráfico, o que leva a eventos de humilhação, perseguição, a ameaças ou morte efetiva do usuário pelos traficantes, o que pode também envolver medidas violentas de cobrança de pagamento ou de retaliação contra a sua família, às vezes incluindo a expulsão da comunidade. Outra situação comum é a de que os usuários de crack são os próprios pais, o que leva ao abandono ou negligência no cuidado dos filhos, e/ou induzi-los também ao consumo.

### **O impacto do crack na sociedade, no campo das políticas sociais e nos serviços de saúde e saúde mental**

A política que vem sendo lançada desde 2011 em vários municípios do país, mas tendo como principais exemplo o do Rio de Janeiro e de São Paulo, tem um claro caráter higienista de limpeza urbana, principalmente nas cracolândias localizadas nas áreas mais valorizadas ou de circulação turística nestas cidades: prisão dos traficantes, recolhimento involuntário temporário, registro e posterior dispersão dos usuários adultos, e recolhimento compulsório de crianças e

adolescentes em abrigos da rede de assistência social. Neste último caso, esta abordagem tem implicado em um aumento vertiginoso do contingente de crianças e adolescentes supervisionadas ou assumidas integralmente pelos Conselhos Tutelares, cujos trabalhadores por sua vez se dizem despreparados para lidar com os desafios qualitativos e quantitativos da nova situação. Por exemplo, hoje, na maioria destes abrigos, não há qualquer atenção especializada às crianças com dependência ao crack, que lhes dê suporte efetivo pelo menos no período mais difícil da síndrome de abstinência e seus efeitos agudos. Outras vezes, a assistência médica se reduz à sedação contínua.

Este significativo impacto social da droga tem um enorme apelo na mídia, no parlamento e nas áreas da justiça e segurança. Em muitos casos, é preciso identificar e reconhecer um exagero significativo dos grandes veículos de comunicação do país, que têm se curvado aos interesses e ao lobby da área federal de segurança e dos setores organizados da psiquiatria biomédica, criando espaço para a reivindicação de serviços tradicionais de internação. Além da internação especializada em unidades psiquiátricas, a modalidade principal de serviços reivindicada por este lobby é a institucionalização em comunidades terapêuticas, geralmente implantadas por igrejas cristãs, a maioria delas evangélicas, cuja intervenção pode durar vários meses, em regime fechado. Como era possível se prever, a maioria absoluta estas comunidades terapêuticas, com pouquíssimas exceções, têm sido objeto de inúmeras denúncias por ausência de condições hoteleiras e sanitárias adequadas, maus tratos, isolamento e uso de celas fortes, violência, proselitismo religioso e prática obrigatória de seus rituais, etc.

Por sua vez, a justiça brasileira já foi mobilizada em um vigoroso processo de judicialização dos encaminhamentos, em despachos de juízes que, na maioria das vezes, obrigam a internação compulsória na rede de serviços públicos existentes e principalmente nas comunidades terapêuticas.

Apesar de todos estes aspectos que requerem uma certa relativização de nossa avaliação da gravidade deste quadro geral associado ao crack, o impacto real e o sofrimento na população não devem ser subestimados, como atestam claramente nossos colegas que atendem nos serviços e programas dedicados a esta população, reportando que hoje a maior parte da demanda de atendimento em serviços ambulatoriais para usuários de drogas já está associada ao crack, apresentando alta gravidade e complexidade.

Quanto às iniciativas na esfera federal, temos um quadro claro de quebra de braços entre duas linhas diferenciadas de atuação. Por um lado, temos o Ministério da Saúde e a atual política de saúde mental, inspirada no processo de desinstitucionalização e reforma psiquiátrica, com a qual o autor deste ensaio se identifica, centrada em abordagens contratuais com os usuários; em estratégias de redução de danos (de cuidados paralelos para a saúde e qualidade de vida dos usuários, sem exigir a abstinência); e que pode incluir uso controlado de medidas involuntárias apenas nos casos de maior risco e gravidade. No outro lado, temos a área de segurança pública, com o apoio dos setores mais convencionais e corporativistas dos psiquiatras, e com forte suporte direto do núcleo central dos governos Lula e Dilma Rousseff. Este grupo não nega a necessidade de serviços contratuais propostos pela área da saúde mental, mais insistem que a prioridade e o centro da política deve estar no financiamento à oferta maciça de dispositivos de internação prolongada capazes de induzir a abstinência, incluindo as comunidades terapêuticas e as internações involuntárias em hospitais psiquiátricos ou unidades especializadas.

Na primeira linha de ação, o Ministério da Saúde vem buscando alternativas há alguns anos, lançando os Centros de Atenção Diária - álcool e drogas (CAPS ad), a ampliação de serviços ambulatoriais especializados; a maior oferta de leitos especializados na abordagem à drogas em hospitais gerais e de emergência, a atenção básica em saúde e os programas de redução de danos. A partir de 2009, sob pressão dessa outra linha de ação do governo, a Coordenação de Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde vem lançando sucessivos planos emergenciais de enfrentamento do crack. As medidas se destinam principalmente a:

- ampliação do acesso a serviços, qualificação de profissionais, articulação intra/intersetorial e promoção da saúde, dos direitos e enfrentamento do estigma;
- aos consultórios de rua, montados em várias cidades do país, que procuram ativamente as áreas urbanas de maior consumo de crack, na linha da redução de danos e de encaminhamento daqueles usuários que demonstram vontade de se tratarem;
- ao lançamento do CAPS ad 24 h, ou seja, de atenção integral em todos os dias da semana, por 24 h, um dispositivo capaz de sustentar melhor casos de cuidado intensivo e contínuo, alguns deles com serviços residenciais integrados, como as casas de abrigo temporário.

Entretanto, a mensagem que vem da rede de serviços de saúde mental é de que estas iniciativas são caras, complexas e bastante pontuais em relação à escala do problema, em um contexto de dificuldades políticas estruturais para expandir esta rede, tendo à frente os desafios colocados pela vasta difusão do crack, e de que estamos despreparados do ponto de vista teórico e operativo para lidar de forma mais adequada com o fenômeno. Efetivamente, a avaliação feita no presente texto concorda com esta análise, quando expõe os desafios e limites para um investimento maciço em serviços de saúde, saúde mental e assistência social no contexto brasileiro atual.

Além disso, cremos que é preciso verificar também aspectos intrínsecos às características psicossociais e somáticas da dependência ao crack e seus desafios particulares. O núcleo ético e clínico fundamental da reforma psiquiátrica se baseia nos seguintes pressupostos básicos:

- valorização da autonomia do sujeito;
- mínimo de intervenção involuntária;
- atenção em ambiente não restritivo, inserido o mais próximo possível de sua vida social e comunitária;
- apoio farmacológico capaz de diminuir os sintomas mais agudos a níveis mais toleráveis no curto prazo, o que por sua vez diminui a pressão por formas de contenção espacial e institucional, bem como possibilita ao próprio sujeito gradualmente tomar decisões e buscar novas direções em sua vida, com o apoio dos serviços de natureza psicossocial e da rede intersetorial de serviços públicos.

No entanto, em relação ao crack, a realidade é na verdade muito mais complexa e grave:

- a droga é facilmente preparada em ambientes precários, é barata e acessível a um largo contingente de usuários muito pobres, membros do que chamamos acima de população sobrando, geralmente marcados pelo desemprego ou vínculos precários de trabalho, por baixo nível de escolaridade formal, e muitas vezes, por baixo nível ou mesmo ausência de vínculos relacionais;
- o crack está associado a várias outras substâncias muito tóxicas, com forte impacto corporal já com pouco tempo de uso, e apesar da resistência à busca de tratamento por parte dos usuários, ela apresenta um alto impacto na assistência e serviços de saúde, inclusive o das próprias

- dificuldades de prover cuidado para usuários em processo de resistência e em condições de vida muito precárias;
- na maioria dos casos, a droga acaba monopolizando toda a vida do indivíduo, fazendo-a girar apenas em torno de ações para garantir a próxima pedra;
  - diferentemente da coca e particularmente da maconha, para a maioria dos usuários, o crack não possibilita usos recreativos, pontuais e irregulares, ou de natureza funcional, e a fissura para adquirir novas pedras rebaixa radicalmente o nível de contratualidade do sujeito. Em muitos casos de crianças e adolescentes com uso regular de crack, a deterioração cognitiva é dramática, levando-os por exemplo à perda temporária, mas no momento total, do senso espaço-temporal;
  - a abordagem farmacológica para o fenômeno da dependência neuro-química ainda é superficial e sintomática, exigindo muito do ambiente de tratamento;
  - para aqueles que querem realmente mudar de vida, uma fase de abstinência, em ambiente protegido e capaz de lidar com os seus efeitos somáticos e psicológicos desagradáveis, ou a sua substituição por outra droga mais leve, parecem constituir as únicas alternativas;
  - no decorrer do tratamento, o suporte integral e intersetorial no processo de construção do projeto terapêutico e de reinvenção da vida concreta é fundamental, para diminuir as chances de que a reinserção na vida usual implique na reincidência. Aliás, este é um dos argumentos principais para mostrar a importância da expansão da rede de atenção psicossocial, contra o crescimento isolado das internações compulsórias e das comunidades terapêuticas.

Assim, é sintomático que nossos colegas da rede de atenção psicossocial que trabalham na área das drogas muitas vezes expressem sua perplexidade em relação ao que está acontecendo, como uma espécie de “saudade” do tempo em que a maioria dos usuários que chegava aos serviços fazia uso de maconha e cocaína.

### **Propostas de ação frente ao presente quadro de difusão do crack**

A partir de um compromisso ético e político prioritário com os interesses históricos das classes populares, que alternativas e linhas de ação se pode propor para um quadro de tal complexidade, gravidade e extensão? No atual contexto histórico descrito aqui para o país, não é possível apontar medidas claras e inequí-

vocas para um enfrentamento direto do fenômeno. Nestes casos, a experiência histórica e o bom senso nos pedem para enfrentar problemas de tal envergadura como se estivéssemos diante de uma “sopa extremamente quente”, em que abordamos “pelas beiradas”. Neste nível, podemos apontar algumas linhas claras de reflexão e ação:

a) No plano das diretrizes mais gerais de abordagem das drogas ilícitas, na sociedade brasileira e na geopolítica internacional:

Sem dúvida alguma, o quadro gerado pelo crack nos exige mais urgência na discussão e reavaliação da política mais ampla de proibicionismo estrito que ainda vigora no Brasil e na maioria dos países, em relação às drogas mais leves, levando em conta as experiências pioneiras e bem sucedidas que hoje já estão em vigor em países como Portugal e Espanha. Hoje temos evidências suficientes de que o uso terapêutico da maconha pode ser um co-adjuvante importante no tratamento da dependência ao crack. Além disso, a descriminalização da produção e uso de pequenas quantidades a colocaria fora do ambiente de circulação do crack e da cocaína, podendo colaborar na redução dos lucros do narcotráfico e no isolamento maior de seus ambientes de ação, além de possibilitar centrar a necessária política de repressão policial e legal às organizações voltadas para as drogas de maior risco.

b) No plano das políticas e programas públicos de abordagem ao crack:

É fundamental defender a plataforma e estimular a implantação concreta da política proposta pelo Ministério da Saúde e sua Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, voltado para o modelo de atenção psicossocial, de cunho integral e intersetorial. Estamos conscientes de que, na atual correlação de forças, a posição mais repressiva se tornou hegemônica no Governo Dilma Roussef. Uma das implicações desta hegemonia é o controle da informação na mídia, e portanto é necessário filtrar o que é divulgado e buscar fontes mais confiáveis de dados. De forma similar, sabemos dos limites estruturais do atual contexto histórico, como indicado acima, para uma expansão adequada e na escala desejável, da rede de serviços psicossociais, bem como de suas dificuldades em motivar a maioria os usuários para um mínimo de auto-cuidado e para o tratamento, bem como para oferecer um nível mais elevado de efetividade, dando uma satisfação para a sociedade e para os familiares dos usuários.

Em paralelo, é fundamental denunciar os limites e o autoritarismo das práticas higienistas, dos recolhimentos e tratamentos compulsórios, e da rede de

comunidades terapêuticas. Por exemplo, devemos dar todo o nosso apoio militante às iniciativas como a do Conselho Federal de Psicologia e do movimento antimanicomial, de buscar evidências e denunciar as violações dos direitos básicos do cidadão que ocorrem na rede de comunidades terapêuticas, o seu alto índice de reincidência quando não conta com uma rede de atenção psicossocial de suporte, bem como as implicações dos recolhimentos compulsórios de gerar maior resistência ao contato por parte dos usuários. Estas lutas mobilizam a opinião pública e a esfera do Judiciário, para a sociedade gradualmente poder colocar limites a estas práticas.

c) No plano dos dispositivos, abordagens e serviços de tratamento:

As iniciativas de experimentação e implantação de novas abordagens, dispositivos, apoio farmacológico e serviços psicossociais de atenção ao abuso de drogas, e particularmente para os usuários de crack, devem constituir a máxima prioridade no plano regional e local. A atenção clínica e psicossocial ao problema é complexa, desafiante e razoavelmente desconhecida, mas por lado constitui um campo de experimentação e criação de novas abordagens, de ampliação dos limites já reconhecidos de prática profissional, com base na integralidade, interdisciplinariedade e intersetorialidade. Em paralelo, é importante mobilizar as organizações corporativas de profissionais para darem apoio a estas iniciativas. Para tudo isso, é possível mobilizar os atores sociais e institucionais, produzindo estímulos para o desenvolvimento destas práticas inovadoras, por meio de eventos, seminários, concursos e premiações, divulgação das melhores práticas, etc.

d) No plano da produção científica e da vida acadêmica e universitária:

A pesquisa, os projetos de extensão, a prática de estágios, as residências multiprofissionais, as iniciativas de educação permanente e de supervisão em serviços, e demais formas de integração docente-assistencial podem ser estimulados em todos os níveis do ensino universitário e das redes municipais e regionais de atenção, através de editais de pesquisa, concursos, seminários e congressos, bolsas de estudo e pesquisa, etc.

### **Considerações finais**

A visão da realidade mundial e particularmente brasileira apresentada aqui não é otimista: o quadro atual é grave, de longa duração, e seu reconhecimento é importante para estimular nossa indignação e buscar redirecionar criticamente nossa avaliação do contexto mais geral em que vivemos, bem como nossas ações

na vida social, nas políticas sociais e em nossa formação e prática profissional. A atual difusão do crack no país se mostrou como um combustível para acelerar ainda mais a gravidade da realidade e os desafios para enfrentá-la.

Em conjunturas como estas, torna-se necessário ampliar o foco de nosso olhar. Nestes ciclos históricos de longa duração, devemos desenvolver a paciência histórica e reconhecer a impossibilidade de mudanças mais amplas, significativas e estruturais no curto prazo, e portanto a necessidade de combinar estratégias de resistência de curto com aquelas de longo prazo, de ir tateando e identificando as brechas e os sinais que apontam para os projetos que poderão ser ampliados quando novas condições históricas sem mostrarem no horizonte.

Em paralelo, do ponto de vista existencial, nos cabe construir uma nova perspectiva ética também de longo prazo. Em contextos como este, é fundamental compreender e aprofundar formas de compromisso político, profissional e pessoal para toda uma vida, como expressão de uma compaixão mais autêntica pela humanidade e pelo planeta, que hoje nos apelam para uma visada mais longa, que nos movam ainda hoje, mas com os olhos capazes de imaginar as pessoas, as gerações e o ambiente do futuro que, como pessoas presas sempre no presente, nem mesmo iremos conhecer.

Além disso, é importante lembrar que reconhecer esta gravidade da conjuntura desfavorável não implica, mesmo no presente, em desânimo e paralisia. Em primeiro lugar, por que esta perspectiva de análise busca exatamente evitar o desinvestimento maciço na militância social, quando desavisados mobilizamos todos os nossos impulsos heróicos para objetivos de curto prazo, gerando uma alta expectativa dos resultados, e muita frustração logo nas primeiras e inevitáveis derrotas. Em segundo lugar, por que pelo menos no plano local e regional, há um enorme espaço de criatividade e de inovação, pois as abordagens e os dispositivos voltados para os problemas psicossociais que indicamos, com ênfase no crack, estão em processo intenso de invenção e renovação. Estes novos projetos-piloto e dispositivos certamente poderão se consolidar em uma escala mais reduzida, gerar efeito de demonstração, e ser expandidos em momentos mais favoráveis no futuro. Além disso, mesmo em conjunturas macro-sociais sombrias, há sempre a possibilidade de conflitos e processos de resistência (movimentos sociais e lutas de denúncias, de objetivos parciais, ou por melhores condições de trabalho), como aqueles que identificamos acima, nos quais podemos participar. É preciso não esquecer também que as condições e os campos de atuação política variam

muito em um sistema de políticas sociais descentralizado e municipalizado, permitindo que, em determinados contextos institucionais específicos, ou locais e estaduais particulares, se abra importantes espaços de luta e experimentação de novos serviços e programas.

Para concluir, estamos convidando o leitor a um esforço de manter a chama ética da compaixão e da luta, em contextos difíceis como o nosso, pelo cultivo de algo usualmente pouco lembrado no ambiente universitário e político, e que é simples e ao mesmo tempo complexo: nada mais, nada menos, que a sabedoria dos velhos sábios e homens vividos, para além da hibris heróica dos jovens impulsivos, como os gregos a chamavam. Na mitologia grega, a estória de Ícaro e Dédalo, seu pai, ilustra bem o que quero dizer. Presos em uma ilha no meio do oceano, o pai, um artesão experimentado e sábio, sugere construir asas nos braços, com penas de gaivotas coladas com cera de abelha, os materiais disponíveis naqueles condições insólitas em que se encontravam, e voar até o continente. Entretanto, alerta Ícaro para que evite o entusiasmo dos vôos altos, pois assim se distancia do frescor do oceano e se provoca o derretimento da cera e a soltura das penas. Sabemos o final da estória: Ícaro, embevecido pela sua capacidade de voar, vai cada vez mais alto, e perdendo suas asas, cai no oceano e morre. O velho Dédalo, mais sábio, voa baixo, e consegue superar a longa distância que o separava do continente.

A meu ver, em tempos sombrios, para seus necessários longos percursos, precisamos mais de Dédalos do que de Ícaros.

## Referências

ABRAMO, H. W. e BRANCO, P.P.M. (org) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AL GORE, A.A. *The inconvenient truth*. Emmaus (PA, USA): Rodale Books, 2006.

ANDRADE, A.G. e LEITE, M.C. *et al. Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?* São Paulo/Campinas: Cortez / Ed Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARBEX JR, J. e VIANA, N. (org). *É preciso coragem para mudar o Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BARBIER, G. e FARRACHI, A. *La société cancérogène*. Paris : Editions de La Martinière, 2007.

BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BEHRING, E.R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. e BOSCHETTI, I. *Política social: fundamento e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BOITEUX, L. *Aumenta o consumo; o proibicionismo falhou*. Le Monde Diplomatique. Brasil, Set 2009, pag 10-11.

BORGIANNI, E. e MONTAÑO, C. (org). *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 1999.

BORON, A.A. e LECHINI, G. (comp). *Política y movimientos sociales en un mundo hegemônico*. Buenos Aires: Glasco, 2006

BOSCHETTI, I. *et al* (org). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. (org). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRISCEÑO-LEÓN, R. (comp). *Violencia, sociedad e justicia en America Latina*. Buenos Aires: Glasco, 2002.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

DAGNINO, E. *et al* (org). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

DUIFOUR, D.R. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2005.

FIGUEIREDO, A.E.B. *Religiões pentecostais e saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: CCS / Ed. UFRJ, 2006.

GONÇALVES, H.S. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro, FAPERJ / Nau Editora, 2003.

GOHN, G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

KARAM, M. L. *Proibições, riscos, danos e enganoso: as drogas tornadas ilícitas*. Rio de Janeiro: Lumine Juris, Escritos sobre a Liberdade, vol.3. 2009.

LEHER, R. e SETÚBAL, M. (org). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, L.C. et al (org). *Juventude, desafiliação e violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

LIMA, R.C.C. Uma história das drogas e do seu proibicionismo internacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. Rio de Janeiro: tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação da UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Álcool e outras drogas como desafio para a saúde e as políticas intersetoriais: contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial*, in EM Vasconcelos, EM (org) *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri (SP) Manole, 2005.

LOBATO, L.V.C. e FLEURY, S. (org) *Seguridade social, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro, CEBES, 2010.

MACHADO, M.D.C. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas / São Paulo, Editores Associados e ANPOCS, 1996.

MELLO, M.F. et al. *Epidemiologia da saúde mental no Brasil*. Porto Alegre, Artmed, 2007.

MINAYO, M.C.S. e SOUZA, E.R. (org). *Violência sob o olhar da saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003.

PELLEGRINO, H. *Pacto edípico e pacto social*, in L.A. Py et al, *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

- REZENDE, I. e CAVALCANTI, L. *Serviço Social e políticas sociais*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 2006.
- SADER, E. e GENTILI, P. *La trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social*. Buenos Aires, Eudeba, 2003.
- SCHENKER, M. *Valores familiares e uso abusivo de drogas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2006.
- SERVAN-SCHREIBER, D. *Anticâncer*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.
- SILVEIRA, D.X. e MOREIRA, F.G. *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. São Paulo, Atheneu, 2006.
- TEIXEIRA, S.F. *Estado y políticas sociales en America Latina*. Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, DF, 1992.
- TOTUGUI, M.L. *et al. Álcool e outras drogas como desafio para a saúde e as políticas intersetoriais: contribuições para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial*, in Vasconcelos, EM (org) *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- VASCONCELOS, E.M. *Políticas sociais no capitalismo periférico*. In *Serviço Social e Sociedade 29 (X)*, São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Políticas sociais no capitalismo*. In: E. Borgianni y C Montañó (org), *La política social hoy*. São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org). *Abordagens psicossociais*, vol II: reforma psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares. São Paulo: Hucitec, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e subjetividade humana*, vol I: a trajetória das ideias e conceitos nos textos teóricos. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e subjetividade humana*, vol III: balanço de contribuições e questões teóricas para debate. São Paulo: Hucitec, 2010c.
- \_\_\_\_\_. *Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2010d.

ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

### Sites da Internet citados

<http://www.abep.org.br>

[www.abramd.org.br](http://www.abramd.org.br)

[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)

<http://www.cebrid.epm.br>

### Documentários citados

Quebrando o tabu, de Fernando G. Andrade, de 2011.

### Notas

1. A pedidos, parte significativa deste texto está sendo também divulgada simultaneamente em espanhol, em publicação sob os auspícios do Prof. Dr. Alejandro Klein, da Universidad de Guanajuato, no México.
2. Eduardo Mourão Vasconcelos é psicólogo e cientista político, e professor associado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Fez seu doutorado na London School of Economics e pós-doutoramento na Anglia Ruskin University, Cambridge, ambas na Inglaterra. Tem uma história de quase 40 anos de militância política e assessoria em movimentos sociais e políticas públicas, particularmente em saúde mental, junto aos movimentos de reforma psiquiátrica e antimanicomial. Coordena o Projeto Transversões, na Escola de Serviço Social, um projeto integrado de pesquisa voltada para a saúde mental, reforma psiquiátrica e abordagens psicossociais. É autor e/ou organizador de inúmeros trabalhos, livros e publicações, entre os quais se destacam as coletâneas recentes “Abordagens Psicossociais”, em 3 volumes (2008-9), e “Karl Marx e a subjetividade humana” (2010), também em 3 volumes, ambas publicadas pela Editora Hucitec. Email: emvasconcelos@skydome.com.br
3. Para os interessados nas fontes principais desta seção, ver o trabalhos de SADER y GENTILI, 2003; HARVEY, 2008; CHESNAIS, 1996 e 1998; HARDT e NEGRI, 2001; AL GORE, 2006; BARBIER et FARRACHI, 2007; SERVAN SCHREIBER, 2011; ANTUNES, 1999, 2000 e 2006.
4. Para aqueles que desejam maior contato com as fontes desta seção, indico os trabalhos de BOSCHETTI *et al.*, 2009 e 2010; BEHRING, 2009; BEHRING e BOSCHETTI, 2006; BORGIANI y MONTAÑO, 1999; e REZENDE e CAVALCANTI, 2006.
5. Para os leitores interessados em ter acesso aos indicadores quantitativos indicados nesta seção, eles estão disponíveis nos dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), referentes aos resultados de Censo realizado em 2010 ([http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)). Para análises mais detalhadas por assuntos específicos, ver os artigos e publicações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (<http://www.abep.org.br>).

6. Para os interessados em fontes e referências sobre o assunto, sugiro as obras de VASCONCELOS, 1989 e 1999; TEIXEIRA, 1992; IAMAMOTO, 2007; ARBEX JR. e VIANA, 2006; BORON y KECHINI, 2006; LEHER e SETÚBAL, 2005; e DAGNINO *et al*, 2006.
7. O leitor interessado no aprofundamento nos temas desta seção, deve procurar os seguintes trabalhos: VASCONCELOS, 2008 e 2010d; SELIGMANN-SILVA, 1994; MELLO, 2007; SCHENKER, 2008; ZALUAR, 2004; MINAYO e SOUZA, 2003; BRICEÑO-LEÓN, 2003; GONÇALVES, 2003; ABRAMO e BRANCO, 2005; LEITE, 2008; PELLEGRINO, 1987; MACHADO, 1996; FIGUEIREDO, 2006; BAUMAN, 2007; LIPOVETSKY, 2005; SENNET, 2006; DUFOUR, 2005.
8. Para aprofundamento sobre este tópico, indicamos os trabalhos dos seguintes autores: VASCONCELOS, 2010d; LOBATO e FLEURY, 2010; GOHN, 2003; HARVEY, 2006; BORON e LECHINI, 2006; e LEHER e SETÚBAL, 2005.
9. Para os interessados em aprofundar a temática desta seção, os seguintes trabalhos são recomendados: LIMA, 2009 e 2010; BOITEUX, 2009; KARAM, 2009; e o documentário “Quebrando o tabu”, de Fernando G. Andrade, de 2011, tendo como principal protagonista e entrevistador o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.
10. Em caso de interesse pelas fontes e para um maior aprofundamento no tema, são sugeridos os seguintes trabalhos: TOTUGUI *et al*, 2010; ANDRADE e LEITE, 1999; SILVEIRA e MOREIRA, 2006; bem como os sites do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - [www.cebrid.epm.br](http://www.cebrid.epm.br)) e da ABRAMD (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - [www.abramd.org.br](http://www.abramd.org.br)).

Recebido em março de 2012, aprovado para publicação em maio de 2012.